

---

# E

DITORIAL

---

Difícilmente encontraremos uma noção tão intensamente empregada nos estudos sociais em relação com o campo religioso como a de *comunidade*. É por esta razão que resolvemos organizar este número de *Religião e Sociedade* que a toma como foco.

Historicamente, a noção de comunidade encontra-se no cruzamento de conceitos e de tradições de pensamento que possuem um papel central nas ciências humanas e sociais. Lembremos, por exemplo, a oposição entre *sociedade e comunidade* na sociologia alemã e suas implicações até hoje discutidas; a tensão entre o *iluminismo* e o *romantismo* como pano de fundo dessa dicotomia; a associação romântica entre *comunidade e povo* em diferentes tradições populistas; a importância concedida à localidade na tradição política norte-americana. Lembremos também o quanto os movimentos utópicos beberam nas fontes românticas e tradicionalistas da comunidade em oposição à modernidade e seus malefícios.

Analisar as modalidades de utilização da noção de comunidade e seus entrelaçamentos políticos, religiosos, filosóficos e sociais é o objetivo deste número de *Religião e Sociedade*. Sugerimos aos autores que trouxessem releituras orientadas para movimentos sociais e políticos como as CEBs; para movimentos alternativos, como os da Nova Era; para as formas atuais e passadas de afirmações étnicas e religiosas, entre outros. Consideramos importante também trazer para este número elementos de discussão sobre as perspectivas que historicamente constituíram as questões relativas às comunidades em diferentes estados-nação.

Queremos inicialmente manifestar o nosso contentamento pela quantidade e qualidade dos artigos recebidos, cujas temáticas, abordagens e interesses nos revelam caminhos religiosos ainda pouco explorados. Buscaremos nesta breve apresentação destacar alguns dos cruzamentos que neste número problematizam as abordagens relativas à noção de comunidade. Em primeiro lugar, percebemos que houve uma inflexão significativa no

espaço público por força do recente crescimento da “política de identidades”, que hoje possui um peso considerável nas elaborações dos cientistas sociais. No entanto, seria empobrecer os artigos que aqui mencionam a centralidade dessa linha de ação política não sublinhar que apresentam conexões muito mais complexas, evidenciando uma pluralidade de sentidos do tema da comunidade em seu interior.

A Igreja Católica e o catolicismo fortemente associados a políticas identitárias contemporâneas articulam em suas práticas postulados que a princípio estariam distantes desta política, mas que se conjugam perfeitamente com esta. Os quatro primeiros textos deste número revelam o uso da noção de comunidade associado a postulados de diferentes tradições do pensamento ocidental. Nas CEBs temos a polaridade modernidade e tradição em uma perspectiva sobretudo iluminista, que se conjuga – no entanto – com noções de comunidade claramente românticas, valorizando os regimes comunitários marcados pela relacionalidade e pela interdependência. Estas articulações não excluem do campo católico a valorização da comunidade de adesão cristã como uma associação voluntária de indivíduos, aproximando-se das seitas, isto é, do modelo protestante de congregação. As conexões que enunciámos indicam que a noção de comunidade no caso do catolicismo abriga perspectivas e horizontes interpretativos muito diversificados.

O artigo que abre a revista, de Heraldo Maués, valoriza a conjugação de uma percepção mais universalizante da Teologia da Libertação com os movimentos de identidade e de diferença cultural que se desenvolvem ao longo das atividades das CEBs na Amazônia. A categoria “povo” aparece assim como aquela que pode sofrer variações práticas sem que o seu sentido último se perca. O “povo” católico – perguntamos – seria ainda aquele que, confundido com a totalidade dos pobres, enfatiza “raízes” culturais e critérios de autenticidade que teriam na igreja o seu melhor representante e também o seu mais legítimo tradutor? Ao contrário da literatura sobre quilombos e quilombolas que, nos trabalhos recentes da literatura sócio-antropológica, marca rupturas significativas com os postulados universalizantes e iluministas das tendências hegemônicas no catolicismo libertador, os dois artigos sobre as CEBs apresentam a ação pastoral sob o signo da continuidade, através da importância ideológica da categoria “povo”.

O artigo de Fabrício Costa Oliveira debruça-se sobre um projeto pedagógico da Igreja Católica relacionado à formação de lideranças de comunidades rurais em Minas. Descreve-a no interior de um processo que atravessa diferentes níveis da hierarquia da igreja e que tem também “o povo” como seu agente principal. A exigência de proximidade entre os missionários e “a gente do povo” teria mobilizado os missionários a buscar na linguagem do meio rural os meios de comunicação adequados para forjar as lideranças populares. A aproximação com a *linguagem do povo*, vista como metafórica, simbólica e carregada de elementos culturais autênticos, é posta em contraste com a linguagem urbana, fria e racionalizada. Estamos mais uma vez diante da valorização que a igreja das CEBs empreende do pólo da tradicionalidade, que, por ser o mais genuíno, seria aquele que pode fornecer as bases para a emancipação social dos pobres, inscrita num projeto evangelizador que visa ainda assim adequá-lo a uma certa modernidade. Este projeto

emancipatório bebe de várias fontes, principalmente das utopias socialistas e da aspiração por um mundo sem classes, como uma comunidade.

Esses dois artigos contrastam com o estudo de uma festa do Divino em Pirenópolis, na qual se apresenta um catolicismo paroquial, conservador, popular e festivo, sumamente importante nas cidades de porte médio. É este catolicismo que é dado como morto na Europa em crise. A etnografia da festa coloca em cena a efetivação de uma *communitas*, no sentido elaborado por Victor Turner, deixando entrever ao mesmo tempo a “estrutura” das relações sociais cultivadas pela sociedade local, com suas distinções de gênero, com sua política de apadrinhamento e de favores e com a centralidade aparentemente indiscutível atribuída à Igreja Católica. A imagem de Pirenópolis resume bem o que hoje o catolicismo francês teria perdido a favor de “comunidades emocionais” centradas em associações de indivíduos e relacionadas ao modelo de adesão do cristianismo em sua face mais individualista e também mística. A discussão que Marcelo Camurça empreende com autores franceses sobre o catolicismo nesse país levou-o a concluir que a ruptura crescente dos franceses com os laços religiosos católicos paroquiais e seus sentidos de inclusão à totalidade nacional não pode ser vista como uma catástrofe para o catolicismo naquele país. Haveria um movimento de recriação de elos coletivos em novas bases. Bases que parecem restaurar simultaneamente a importância da mobilidade e fluidez como forma de adesão dos fiéis e o seu pertencimento a comunidades místicas e carismáticas articuladas à hierarquia da igreja. Vemos também aqui que os diagnósticos de falência da estrutura institucional católica, de rupturas crescentes de pequenos grupos através de idiomas místicos e sectários, também relacionados a políticas identitárias, não parecem abalar a capacidade dessa instituição milenar de recuperar para o seu centro a complementaridade hierárquica entre várias formas de presença no mundo.

O tema do “sujeito moral” como um projeto de individualização, que tem na sacralização do self e no cultivo de si um objetivo a perseguir pelos fiéis dos movimentos comunitários de base individualista, é articulado de diferentes maneiras nos artigos que se seguem. Estes se debruçam sobre a dinâmica do campo evangélico homossexual, sobre o cultivo de regras de transgressão no campo das chamadas seitas européias, sobre o movimento ecológico de cultivo do self e da propriedade privada, sobre os xamãs amazônicos e suas relações com o Ocidente metropolitano através da ayahuasca. Neste conjunto é possível perceber a complexidade das conexões sociais e culturais relacionadas hoje à noção de comunidade.

Em um artigo instigante, Marcelo Natividade discorre sobre projetos religiosos evangélicos colocando em discussão o modelo protestante de congregação bem como questionando a hipótese “repressiva” como forma de compreender a formação das subjetividades religiosas contemporâneas. Descreve duas igrejas que correspondem grosso modo a duas políticas no mundo evangélico e também no mundo secular. Uma diferencialista, que se instituiu como um espaço de libertação homossexual e de afirmação da diferença; outra, mais universalista, que valorizou uma normatividade religiosa responsável por minimizar o sentido estigmatizante das diferenças relacionadas aos

homossexuais, incentivando os seus fiéis a adotarem um comportamento de santificação, segundo a norma vigente nas igrejas evangélicas “normais”. Temos aqui a valorização de comportamentos religiosos que permitem compreender as especificidades que caracterizam o modelo protestante quando este é absorvido no interior do espaço nacional de hegemonia católica e em sintonia com os movimentos gay nos espaços globalizados do mundo atual.

A contracultura, nutrida pelas fontes românticas de valorização da comunidade e das utopias emancipatórias, se encontra presente no artigo de Carly Machado sobre o raelianismo. Esta autora destaca como parte do projeto comunitário raeliano a elaboração de elos comunitários que seriam exclusivos, concebidos como uma condição necessária para a existência de um indivíduo livre e emancipado de todos os elos tradicionais. O desprendimento radical de todos os pertencimentos, que foi apontado como o perigo maior das seitas pelo Estado francês, é adotado de forma muito mais nuançada pelos fiéis desses movimentos religiosos. A associação livre de indivíduos em oposição a todas as formas de pertencimento tradicionais se conjuga, no entanto, com os compromissos éticos e morais familiares e nacionais baseados em formas diversas de integração e de hierarquia.

Tanto o artigo de Anne-Marie Losonczy e Silvia Mesturini quanto o de Luciana Braga apresentam um ideário utópico que tem no cultivo de um individualismo romântico associado à natureza um traço comum e fundamental. Nos dois artigos predomina o ideário da Nova Era renovado pelos movimentos ecológicos. Um encontro ocorrido, no contexto da globalização, entre a contracultura romântica e utópica dos anos 1960/70, voltada para o cultivo do self, e um indigenismo latinoamericano de natureza política é o fulcro do artigo de Losonczy e Mesturini sobre o xamanismo amazônico. Esta não é a perspectiva – longe disso! – vigente entre os “amantes da natureza”, os RPPNistas, estudados por Luciana Braga, que defendem uma ecologia ajustada a um processo de patrimonialização de propriedades rurais em todo Brasil. A importância que adquiriram os centros de acolhimento de cura xamânica na Amazônia em função da conexão com a selva tropical e com os ameríndios, vistos como depositários de uma sabedoria primordial, contrasta com o desprezo e com a hostilidade que os RPPNistas devotam aos seus “outros” não índios, trabalhadores sem terra, vistos como inimigos da natureza. Uma ambientalização dos conflitos sociais, como diria José Sérgio Leite Lopes, conjuga-se entre os dois artigos com sinais invertidos. Se, no primeiro caso, temos uma alteridade exotizada possibilitando o fortalecimento de certos xamãs associados a mediadores europeus e americanos; no segundo caso, vemos uma revalorização da natureza com vistas a impedir a chegada de novos pobres, possivelmente antigos camponeses e indígenas identificados como “sem terra”. Tanto em um caso quanto no outro a presença da alteridade é operada mantendo ou mesmo acentuando, segundo as autoras, a subordinação hierárquica destas alteridades (compostas por seres “naturais” ora bárbaros ora bons selvagens), às elites ocidentais e/ou os locais com os quais se relacionam.

Patricia Birman e  
Luiz Fernando Dias Duarte